

# ANÁLISE COMPARADA DOS RELATÓRIOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO MUNDIAL DE 1992 e 2012

Mariana Dionísio Cavalcante da Silva <sup>1</sup> & João Márcio Mendes Pereira <sup>2</sup>

1. Bolsista PIBIC, Discente do Curso de História, ICHS/ UFRRJ; 2. Professor do DHRI/ ICHS/ UFRRJ.  
Palavras-chave: Banco Mundial; meio ambiente; economia.

## Introdução

Desde a década de 1960, a pauta ambiental tem sido central nos debates internacionais, materializando-se numa série de conferências mundiais acerca da relação entre economia e meio ambiente. O Banco Mundial (BM), importante organização multilateral, buscou, ao longo de sua história, ampliar e institucionalizar sua pauta de políticas internacionalmente em favor do desenvolvimento capitalista em clave liberal. Porém, a instituição se deparou, entre os anos de 1970-80, com críticas sobre os impactos socioambientais de seus projetos, o que gerou um constrangimento público à sua imagem e a necessidade de se posicionar frente ao crescente destaque político e científico da questão ambiental.

Adequando-se às mudanças internacionais para não se comprometer, o BM, a partir da década de 1980, passou a fazer uso da expressão “desenvolvimento sustentável” de acordo com seus interesses políticos e econômicos, buscando direcionar o debate ambientalista para uma lógica de livre mercado (Pereira, 2010). O relatório Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento teve um papel importante na introdução desse termo no vocabulário internacional, e na legitimação da ideia de que valores ambientais deveriam ser internalizados nas políticas desenvolvimentistas (Pierri, 2005). Em análises sobre a atuação do BM, muitos autores questionam como a ideia de “desenvolvimento sustentável” foi gestada por essa instituição e até que ponto a sua direção “verde” contribuiu para o programa de liberalização econômica ou para a preservação da natureza.

O objetivo deste trabalho é problematizar a conduta do BM na América Latina (AL), através da comparação de seus relatórios sobre desenvolvimento mundial (RDMs) de 1992 e 2010. Assim, visamos entender a guinada verde do Banco e o momento em que englobou tal temática em sua agenda, até se tornar autoridade em matéria de desenvolvimento e meio ambiente.

## Metodologia

O RDM é a publicação anual mais importante do BM. O documento combina uma visão sobre a economia mundial com prescrições relativas ao tema de cada ano. A série, iniciada em 1978, tem uma tiragem de aproximadamente 50 mil exemplares e é traduzida para sete idiomas. Está entre os documentos do gênero mais lidos do mundo, conseguindo influenciar formuladores de política, instituições de pesquisa, ONGs, entre outros (Toussaint, 2006).

A construção dessa pesquisa se deu com a leitura de livros e artigos sobre a política ambiental do BM na AL, que possibilitou a introdução no complexo funcionamento dessa instituição e na sua história mais geral. Em um segundo momento, realizamos leituras de trabalhos que mapearam as principais tendências teóricas do debate ambiental na região, oferecendo tanto uma visão histórica e sociológica como econômica e política. Para este trabalho nos deteremos em um conjunto de autores para expor alguns de nossos resultados. Com artigos e capítulos de Eric Toussaint, Jose Antonio Sanahuja, Henri Acselrad, Naína Pierri e João Márcio M. Pereira, conseguiremos realizar uma discussão sobre os questionamentos de ambientalistas sobre a atuação do BM, a partir de diferentes vertentes da ecologia política. Essas etapas foram importantes para um maior entendimento da terceira parte da pesquisa: a leitura dos RDMs e seus diagnósticos e receitas sobre como os Estados devem agir em matéria de “desenvolvimento sustentável”.

## Resultados e Discussão

Ao longo de sua história, o BM conquistou papel fundamental como emprestador, formulador de políticas, ator social e difusor de uma série de prescrições para os países da periferia. Nos anos 1980, deparou-se com questionamentos ambientalistas que desgastaram a sua imagem pública e a possibilidade de liderar uma área tão sensível como o meio ambiente (Pereira, 2010). Se, na década de 1990, as críticas negativas pressionaram pela mudança de

direção do BM, nos anos 2000, a instituição precisou se justificar pelo agravamento da crise financeira e consequente aumento das atividades extrativas na AL (Gudynas, 2010).

A publicação do RDM de 1992 coincidiu com a Conferência das Nações Unidas (CNU) sobre meio ambiente no Rio de Janeiro, nesse mesmo ano. Publicado em uma conjuntura de intensos debates ambientais, esse RDM trouxe uma perspectiva que não só integrou atividade econômica com meio ambiente, como também recebeu aos Estados nacionais que dessem maior espaço para a atuação do mercado e do setor privado no campo ambiental (Sanahuja, 2001), visto que, para o RDM, o setor público é ineficiente para esta função. A pobreza é tratada como preocupação ambiental nesse RDM, quando se avalia a lucratividade da preservação dos recursos naturais e o risco que correm estando próximos de comunidades sem os conhecimentos técnicos e eficiente do meio ambiente (Banco Mundial, 1992).

Dezoito anos depois, e escrito em período próximo à Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas em Copenhague (2009), o RDM de 2010 traz a preocupação com a mudança climática e o risco que corre a agenda de liberalização econômica do BM. Examina as formas de reorientar as políticas públicas na diminuição da pobreza e riscos ambientais, bem como novas tecnologias para alcançar uma economia de baixo carbono. O RDM de 2010 critica a ineficiência dos acordos feitos na Conferência e propõe-se a aceitar o que considera soluções mais vantajosas para o problema climático. A novidade desse RDM é a importância que dá à participação do Estado nas tensões entre clima e desenvolvimento, pois entendia que a gestão da crise necessita do resgate público (Banco Mundial, 2010).

Ambos os RDMs reiteram a pauta de liberalização econômica e a relevância de meios técnicos para a gestão dos recursos naturais. E apesar de todo o discurso pelo combate à pobreza, ela é auto justificada nesses dois momentos. Também, pouco se discute nos RDMs as causas do que gerou a mudança climática e, para Acserald (2010), a grande problemática disso é a ausência do debate sobre justiça ambiental e a responsabilização do BM sobre seus projetos. Acserald acredita que a *ambientalização* dos discursos de organismos internacionais possibilitou retirar das populações seus recursos de subsistência para transformá-los em mercadorias, com a justificativa de desenvolver economicamente as regiões. Isso se fez legítimo quando o BM e o pensamento ultraliberal conseguiram difundir a ideia de que não há injustiça quando as pessoas decidem por vontade própria se manter em risco, em lugar de obterem vantagens econômicas oferecidas por agências multilaterais.

### Conclusão

A pesquisa foi direcionada a partir dos questionamentos sobre como e quando o BM passou a englobar a temática ambiental em sua agenda, o que trazem seus diagnósticos e receitas para um desenvolvimento sustentável, tanto nos anos de 1992 e 2010, e quais as continuidades e descontinuidades entre esses dois momentos. Entender o momento histórico de cada RDM possibilitou a compreensão desse “esverdeamento” do Banco e a sua adaptação às novas demandas que puderam favorecer seu crescimento em diferentes setores.

A atuação do BM como importante promotor de ideias sobre o desenvolvimento capitalista, em chave neoliberal, financiando a pesquisa, formação de quadros, assistência técnica e parcerias com governos ampliou seu eixo de influência e, conseqüentemente, entrou em conflitos com diferentes grupos contrários às suas práticas. O BM procurou responder, ou cooptar, de alguma maneira, seus críticos, transformando as questões de cada época em novas frentes de investimento. Modificou sua atuação de acordo com as críticas de dentro e fora do *mainstream* da ajuda internacional, transformando-se não somente em um importante empregador, mas também promotor de ideias influentes em centros de pesquisa e ensino e no meio político. A mudança conceitual de seu vocabulário e o investimento em uma teoria sobre o desenvolvimento municiaram o BM de conceitos e nomenclaturas técnicas e sociais para legitimar sua atuação e continuidade, mesmo em meio a questionamentos de grupos que propõem uma ruptura com o modelo econômico vigente (Pereira, 2010).

### Referências Bibliográficas

- ACSERALD, Henri. “Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental”. *Estudos Avançados (USP)*, v. 24, n. 68, pp. 103-117, 2010.
- GUDYNAS, Eduardo. La ecología política de la crisis global y los límites del capitalismo benévolo. *Íconos – Revista de Ciencias Sociales*, Quito, n. 36, pp. 53-67, 2010.
- PEREIRA, J.M.M. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PIERRI, Naína. “Historia del concepto de desarrollo sustentable”. In FOLADORI, G.; \_\_\_\_\_ (coord.) *¿Sustentabilidad? Desacuerdos sobre el desarrollo sustentable*. México: Miguel Ángel Porrúa UAZ, Cámara de Diputados LIX Legislatura, 2005, pp. 27-81.

SANAHUJA, José Antonio. *Altruismo, Mercado y Poder: El Banco Mundial y la lucha contra la pobreza*. Barcelona: Intermón Oxfam, 2001.

TOUSSAINT, Eric. *Banco Mundial: el golpe de Estado permanente*. Madrid: El Viejo Topo, 2006.

BANCO MUNDIAL (1992). *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial 1992 – Desenvolvimento e Meio Ambiente, indicadores do desenvolvimento mundial*. São Paulo/Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

\_\_\_\_ (2010). *Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial – Desenvolvimento e Mudança Climática*. São Paulo: Editora UNESP.